

# CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

CÓPIA DE PARTE DA:

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

## -----OUTRAS CONSTRUÇÕES-----

\*\*\_\*\*.\*\* - Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A. – Processo nº 09/2011/462-----

-----A Câmara Municipal de Viseu deliberou alterar a deliberação aprovada em reunião ordinária de 09/04/2015, relativa à abertura do período de discussão pública de uma unidade de execução inserida na UOPG 3.23, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), que revogou o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, tendo esse período um curso de 20 dias, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º da atual redação do RJIGT, mantendo-se o sentido e os termos da anterior deliberação, no aplicável, considerando o teor da informação do Chefe de Divisão/DGU, datada de 21/01/2019.-----

-----Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Viseu, 28 de janeiro de 2019. -----

O Chefe de Divisão,



(Rui Alexandre Mendes Duarte)



**DESPACHO:**

Submeta-se à Reunião  
da Câmara.

21/1/2019



MUNICÍPIO DE  
VISEU

A VEREADORA

*Conceição Azevedo*  
Conceição Azevedo

**PROCESSO:** 09/2011/462

**ASSUNTO:** Abertura de período de discussão pública de EU da UOPG3.23

**REQ:** Imoretalho – Gestão de imóveis, SA

Proponho que seja alterada a deliberação da Câmara de 09/04/2015, relativa à abertura do período de discussão pública de uma unidade de execução inserida na UOPG 3.23, por força da entrada em vigor do Decreto – Lei nº 80/2015 de 14 de maio (RJIGT), que revogou o Decreto – Lei nº 380/99 de 22 de setembro, tendo esse período um curso de 20 dias, em conformidade com o disposto no nº 4 do artigo 148º da atual redação do RJIGT, visando a instalação de um estabelecimento comercial, e mantendo-se o sentido e os termos da anterior deliberação no aplicável.

Jose Mário Figueiredo  
CHEFE DE DESPACHO DGU

Viseu, 21 de janeiro de 2019



MEMORIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA  
(DELIMITAÇÃO DE UNIDADE DE EXECUÇÃO –UOPG 3.23)

A presente publicitação visa dar sequência à deliberação da reunião ordinária de 9 de abril de 2015, mantendo os condicionalismos subjacentes a essa mesma deliberação, configurados na informação de 1 de abril de 2015, do então diretor de departamento, atualizando-se o quadro legal, face à publicação do DL n° 80/2015 de 14 de maio (RJUE), que revogou o anterior regime comportado pelo DL n° 380/99 de 22 de setembro.

Assim, nos termos do n° 4 do artigo 148° do DL n° 80/2015 de 14 de maio, promove-se um período de discussão pública por um período de 20 dias e não de 22 dias como anteriormente estava determinado. Há simultaneamente uma atualização do projeto urbano, na qual se constata uma diminuição de edificabilidade do estabelecimento comercial relativamente à proposta inicialmente existente, que nos seus diversos aspetos está em conformidade com as disposições do PDMV, não sendo a alteração do projeto um fator determinante para a realização da discussão pública no âmbito da unidade de execução, face ao sentido intrínseco do referido artigo n° 148°, ficando, no entanto, preconizada a seguinte caracterização:



MUNICÍPIO DE  
**VISEU**

- Área de implantação da área comercial: 4613,30 m2.
- Área bruta de construção: 4651,90m2.
- Altura do edifício comercial: 6,00m
- N° de pisos: 1
- N° de estacionamento públicos: 44 lugares.
- N° de estacionamento privados: 178 lugares.

A delimitação desta unidade de execução visa assegurar a individualização da operacionalização da instalação do estabelecimento comercial, relativamente à área de intervenção da unidade operativa de planeamento e gestão, em consonância com os compromissos anteriormente concertados entre o município e o promotor, Imoretalho-Gestão de Imóveis,SA, constituindo-se uma operação com especificidades próprias, em que está patente um manifesto interesse público a par da promoção privada, fazendo sentido a sua desintegração da *prognose* para a área remanescente da UOPG 3.23.

Fica assim assegurado um projeto integrado e potenciador de um desenvolvimento urbano harmonioso, criando-se condições para a requalificação de um troço significativo da EN2 para a plataforma de radial, a par da reconversão das características da Rua Principal, da Rua do Pereiro e da Rua Vale de Sangrias, em conformidade com o definido no estudo urbanístico delineado.



MUNICÍPIO DE  
**VISEU**

É cedida para o domínio privado do Município uma área de 9373,00 m<sup>2</sup>, definida nos elementos cartográficos em anexo, onde está prevista a edificabilidade de dois lotes de 7 pisos e dois de 4 pisos, enquadrados por espaços verdes, de forma a possibilitar à Câmara, nos termos que considere mais adequados, implementar a requalificação do citado troço da EN2, localizado em Repeses e que se encontra estrangulado, bem como, assegurar direta ou indiretamente meios financeiros para a realização de infraestruturas urbanísticas e pagamento de eventuais expropriações referentes à UOPG 3.23.

Será firmado um contrato, nos termos previstos no quadro legal, que definirá os direitos e obrigações do proprietário e da Câmara Municipal, na implementação do projeto urbano em causa.

Viseu, 18 de dezembro de 2019

Handwritten text, possibly a signature or initials, located in the center of the page.



MUNICÍPIO DE  
VISEU

DDEOT/DP

Escala: 1/5000



Data: dez 2018

IMORETALHO - Gestão de Imóveis, SA

UE 1 da UOPG 3.23

Planta de Localização (Ortofotomapa)

Legenda :



LIMITE DA UOPG 3.23



PARCELA DE TERRENO DA IMORETALHO (UE 1)

1

Dtor/D

Ch./Div.

T. Sup.

A. T. SerafimPeres

